vinetur

Lobistas da indústria do álcool instaram procuradores-gerais a oporem-se ao adiamento da ofensiva federal contra o THC do cânhamo

Emails obtidos pelo Politico revelam contactos ligados à Anheuser-Busch, à Molson Coors e à Diageo antes de 35 procuradores-gerais apelarem ao Congresso

terça-feira, 3 de novembro de 2026



Emails obtidos pelo Politico revelam que lobistas ligados a grandes empresas do setor do álcool instaram os procuradores-gerais estaduais a pressionarem o Congresso para que não adiasse uma ofensiva federal contra produtos de THC derivados do cânhamo.

Segundo o Politico, os emails foram obtidos através de pedidos de acesso a documentos públicos apresentados por um representante da indústria do cânhamo e posteriormente partilhados com a publicação. As mensagens revelam contactos ligados a empresas como a Anheuser-Busch, a Molson Coors e a Diageo, enquanto o Congresso debatia a possibilidade de adiar novos limites federais ao cânhamo.

Segundo a notícia, um dos emails, enviado em julho, foi assinado por Todd Kranda, sócio do escritório de advogados Kelsch, Ruff, Kranda, Nagle and Ludwig e representante da Anheuser-Busch. Na mensagem, Kranda alertou Drew Wrigley, procurador-geral do Dakota do Norte, para uma iniciativa de “alguns senadores minoritários”, como descreveu, para prolongar por mais um ano aquilo a que os opositores chamam uma lacuna legal para produtos intoxicantes de cânhamo.

Em agosto, Wrigley juntou-se a uma coligação bipartidária de 35 procuradores-gerais estaduais e territoriais que pediu ao Congresso que rejeitasse qualquer tentativa de “adiar, revogar, suspender ou enfraquecer” as restrições ao cânhamo previstas, segundo a Marijuana Moment, que também noticiou o caso. O grupo afirmou que a proibição deveria entrar em vigor nos termos aprovados e manter-se.

A disputa centra-se na forma como a legislação federal define o cânhamo e nos produtos que podem ser vendidos legalmente. A Farm Bill de 2018, assinada por Donald Trump durante o seu primeiro mandato, legalizou o cânhamo e os seus derivados com menos de 0,3% de delta-9 THC em peso seco. Essa definição abriu caminho a um vasto mercado de gomas, vaporizadores, bebidas e outros produtos capazes de produzir efeitos intoxicantes, embora sejam tecnicamente classificados como cânhamo ao abrigo da legislação federal.

Segundo a Marijuana Moment, Trump assinou nova legislação no final de 2025 que restringiu essa definição. De acordo com o novo critério, os produtos de cânhamo só seriam legais se contivessem, no máximo, 0,4 miligramas de THC total por embalagem, um limiar que reduziria drasticamente ou eliminaria o mercado legal de muitos dos produtos atualmente disponíveis. A alteração deveria entrar originalmente em vigor a 12 de novembro.

Uma medida de financiamento assinada em outubro adiou esse prazo para 11 de dezembro para a maioria dos produtos de cânhamo, segundo a Marijuana Moment. O adiamento, porém, não se aplica a todos os casos. Os canabinoides sintéticos que não podem ser produzidos naturalmente pela Cannabis sativa L. continuam previstos para voltar a ser criminalizados a 12 de novembro.

A cobertura aponta para uma ampla disputa política sobre se o Congresso deve proibir diretamente a maioria dos produtos de THC derivados do cânhamo ou substituir o sistema atual por uma regulamentação mais rigorosa. Vários republicanos da Câmara dos Representantes, incluindo os deputados Morgan Griffith, James Comer e Andy Barr, apoiaram legislação que impediria a proibição e, em alternativa, imporia regras como limites de idade e testes aos produtos.

A Casa Branca também pediu ao Congresso que reavaliasse a definição legal de cânhamo. Segundo o material de origem, o pedido foi feito através de uma carta e de uma publicação de Trump nas redes sociais, que defendia um quadro legal capaz de preservar o acesso a produtos de CBD de espectro completo, mantendo ao mesmo tempo as restrições a produtos considerados como apresentando riscos para a saúde.

O envolvimento de lobistas da indústria do álcool acrescenta outra dimensão a esta disputa. As bebidas com THC derivado do cânhamo têm crescido rapidamente em alguns mercados e podem competir pelas mesmas ocasiões de consumo, espaço nas prateleiras e canais de distribuição que a cerveja, as bebidas de malte aromatizadas e os produtos prontos a consumir à base de bebidas espirituosas. Uma definição federal mais restrita de cânhamo poderá, por isso, transformar não só o mercado da canábis, mas também uma parte mais ampla do setor das bebidas.

Por si só, os emails não demonstram que as empresas do setor do álcool tenham determinado as decisões finais das autoridades estaduais. Indicam, porém, que lobistas de algumas das maiores empresas de bebidas do país incentivaram ativamente os procuradores-gerais a oporem-se a qualquer iniciativa do Congresso para adiar as novas restrições federais. Esta campanha de pressão veio a público enquanto legisladores, reguladores e grupos do setor continuam a debater se os produtos intoxicantes de cânhamo devem ser proibidos, sujeitos a uma regulamentação rigorosa ou autorizados a permanecer no mercado ao abrigo de regras revistas.